

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 20/2/2020

Presidência do Deputado Fernando Pacheco

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

André Quintão – Andréia de Jesus – Betão – Bosco – Charles Santos – Coronel Henrique – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Fernando Pacheco) – Às 14 horas e 15 minutos, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 27/2/2020.).

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/2/2020

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas

mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Babington dos Santos, secretário Nacional de Integração do Ministério do Turismo (12/12/2019); e Marcelo Landi Matte, secretário de estado de Cultura e Turismo (12/12/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.345/2020, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Nova Lima, para debater as ações necessárias para apoiar, reerguer e reconstruir turisticamente e economicamente o Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), assolado pela “lama invisível”;

nº 6.346/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a necessidade de fortalecimento do turismo estadual;

nº 6.348/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo – Mtur – pedido de providências para que verifique a possibilidade de liberação de recursos federais para a reconstrução dos municípios que fazem parte dos circuitos turísticos do Estado, afetados pelas fortes chuvas e que tiveram a calamidade pública decretada.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2020.

Gustavo Mitre, presidente – Virgílio Guimarães – Coronel Henrique.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/2/2020

Às 14h26min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Andréia de Jesus, Leninha e Ana Paula Siqueira (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública, que encaminha cópia da resposta recebida relativa ao Requerimento nº 3.569/2019, em que solicita que seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre as ações que vêm sendo realizadas, especificamente no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, na região do Jequitinhonha e do Mucuri cortada pela Rodovia Régis Bittencourt – BR 116. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Diogo Martins Aguillar, promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (5/12/2019); Christiano Augusto Xavier Ferreira, prefeito municipal de Santa Luzia (25/1/2020); e Gustavo Henrique Wykrota Tostes, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (10/1/2020). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.260/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a abstinência sexual como política de prevenção da gravidez na adolescência;

nº 6.261/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o uso de *vouchers* pelo Estado para o acesso à educação infantil e o impacto na vida das mulheres;

nº 6.366/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Karla Lessa Alvarenga Leal pela relevância e destaque como major do Corpo de Bombeiros no resgate de sobreviventes após o rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019, e por ser a primeira mulher comandante de helicóptero de bombeiros militar do Brasil;

nº 6.367/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Leonora Castro e a família de Miriam Rêgo (*in memoriam*) pela atuação como enfermeira obstetra e grande professora, mestre e doutora em enfermagem, bem como pela relevância de sua participação na criação da exposição “Sentidos do Nascer” e no movimento BH pelo Parto Normal;

nº 6.368/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ednéia Aparecida de Souza pelo trabalho de destaque como referência comunitária no Bairro Taquaril, em Belo Horizonte, e como parceira do programa Mediação de Conflitos, à frente de pautas importantes como emancipação feminina por meio do empreendedorismo, e pelo papel no fortalecimento da rede comunitária que apoia mulheres em situação de violência;

nº 6.369/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Mirian Chrystus de Melo e Silva pela atuação como militante feminista e coordenadora do movimento Quem Ama Não Mata, bem como por sua relevante trajetória no combate à violência contra as mulheres;

nº 6.370/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Claudia Natividade pela atuação como psicóloga, conselheira do CRP-MG, membro da Comissão de Mulheres e Questões de Gênero e professora universitária das Faculdades Pitágoras e Ciências Médicas, designada para coordenar as atividades do Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, em Belo Horizonte, e atuante na formação de psicólogas voltadas para o trabalho com mulheres em situação de violência;

nº 6.371/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Gláucia Helena de Souza como forma de reconhecimento pelo trabalho prestado ao Município de Contagem em defesa dos direitos das mulheres e de uma educação que construa valores de equidade entre mulheres e homens, meninas e meninos, bem como pelo trabalho prestado ao País como coordenadora da Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência do Governo Federal no governo Dilma Rousseff;

nº 6.372/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Elza Machado de Melo pela fundação do Ambulatório de Práticas de Promoção de Saúde da Mulher em Situação de Violência e Vulnerabilidade do Hospital das Clínicas da UFMG e pela atuação como coordenadora do Para Elas, por Elas, Por Eles, Por Nós;

nº 6.373/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Nilce Helena de Paula (Luh de Paula) pela relevância e destaque em sua luta com as mulheres pelo direito à moradia e à cidade;

nº 6.374/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sandra Maria da Silva e com familiares de Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva pela relevância e destaque dessa matriarca na defesa das comunidades quilombolas, do congado e dos direitos das pessoas negras;

nº 6.375/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Lidiane Chagas Araújo pela atuação relevante, como estudante de direito e ativista, no combate à violência de gênero;

nº 6.376/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Andrea Claudia Vacchiano pela atuação no cargo de chefia da Polícia Civil com merecido destaque na defesa da transparência e democracia na instituição;

nº 6.377/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Edenia Ribeiro Alcântara pela atuação como coordenadora do Centro de Referência de Juventude de Itaúna, que tem como compromisso o empoderamento das mulheres jovens, o combate ao racismo e as discussões sobre diversidade sexual;

nº 6.378/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a deputada Marília Campos pela atuação como presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;

nº 6.379/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Juliana Lemes da Cruz por sua atuação de relevância e destaque no combate à violência doméstica no Fórum Permanente de Combate à Violência contra a Mulher do Alto Jequitinhonha;

nº 6.380/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Kleyde Ventura de Souza pela atuação como professora associada da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais e no programa de pós-graduação em enfermagem da universidade, bem como pelo desempenho de líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Saúde da Mulher e Gênero, principalmente nos temas enfermagem obstétrica, educação em saúde e amamentação;

nº 6.381/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Diva Moreira por sua atuação como cientista política e sua luta social pela liberdade racial e da educação;

nº 6.382/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Analise de Jesus por sua atuação como pedagoga e historiadora e por sua atuação relevante no desenvolvimento de trabalhos científicos sobre a participação das mulheres negras na ciência;

nº 6.383/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ayana Amorim por sua atuação de relevância e destaque no âmbito da cultura, da arte-educação, especialmente nas ações relacionadas à emancipação das mulheres;

nº 6.384/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Indira Ivanise Xavier por sua atuação como coordenadora da Casa de Referência da Mulher Tina Martins e por seu desempenho de grande relevância no Movimento Nacional Olga Benário em prol dos direitos das mulheres;

nº 6.385/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Makota Célia Gonçalves Souza pela atuação como jornalista e coordenadora nacional do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, bem como pelo desempenho de grande relevância na instalação da Mesa Nacional de Diálogo contra a Violência, instrumento fundamental de combate à violência policial e ao feminicídio;

nº 6.403/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Jaqueline Rodrigues e com a família de Celecina Rodrigues Madureira pela militância nas Comunidades Eclesiais de Base e na construção do 8 de março nos últimos 10 anos;

nº 6.404/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Sônia Gomes de Oliveira por sua atuação de relevância na Pastoral Carcerária voltada para mulheres;

nº 6.405/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Aparecida Paz (Dinda), pela atuação como guardiã das tradições dos batuques, cantos e danças na baixada do São Francisco e por conservar a história norte-mineira;

nº 6.406/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria de Lourdes de Souza Nascimento, caatingueira, ativista em defesa dos territórios e ecossistema contra os avanços de empreendimentos extrativistas em sua região, pela atuação como presidente da Associação do Coletivo de Mulheres Organizadas do Norte de Minas, como diretora do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porteirinha e Antena e pela atuação na Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais;

nº 6.407/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Aparecida Vilhena Falabella Rocha, atriz, diretora teatral, professora e vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte por sua atuação e destaque na presidência da Comissão de Mulheres dessa casa legislativa;

nº 6.408/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Avelin Bunicá Kambiwá, liderança do movimento de mulheres indígenas, por sua atuação e relevância na lutas das mulheres indígenas no Estado de Minas Gerais;

nº 6.409/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rhany Mercês pela atuação com militante na Rede Afro LGBT Brasil e por sua atuação de destaque como coordenadora da Fórum Nacional de Trans e Travestis – Fonatrans;

nº 6.410/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Porcina Amônica de Barros – Irmã Mônica –, pela relevância e destaque dos trabalhos sociais que realiza na região Norte de Minas Gerais;

nº 6.411/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado de congratulações com Iara de Fátima Pimentel Veloso, professora há 20 anos, por sua trajetória de relevância na luta pelo direito à moradia e pelos direitos das mulheres;

nº 6.412/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Isabella Gonçalves Miranda, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por sua trajetória nas lutas por uma reforma urbana popular e feminista e por sua atuação de destaque na Comissão de Mulheres da CMBH;

nº 6.413/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Efigênia Maria Mameto Muinhandê por sua atuação como matriarca do Quilombo Manzo e pelo trabalho de destaque na comunidade negra quilombola e favelada, bem como pelo acolhimento dos vários filhos biológicos e adotivos que viveram e vivem sob seus cuidados;

nº 6.414/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Dirlene Trindade Marques pela atuação na pauta feminista e pela trajetória como economista, professora da UFMG e mestra em Ciência Política;

nº 6.415/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Zélia Maria Profeta da Luz, diretora do Centro de Pesquisas René Rachou e diretora regional da Fiocruz-MG, por sua relevância e comprometimento nas discussões acerca de ações afirmativas que possibilitam mais mulheres na ciência;

nº 6.416/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Andresa Aparecida Rocha Rodrigues, mãe do Bruno, assassinado pelo crime da Vale em Brumadinho e vereadora no Município de Mário Campos, por sua atuação de destaque na Avabrum – Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão Brumadinho;

nº 6.417/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria do Socorro Jô Moraes por sua atuação política expressiva, tornando-se inspiração para as mulheres mineiras, e pela autoria de dois livros sobre discriminação de gênero: *Pelos direitos e pela emancipação da mulher* e *Esta imponderável mulher* e de livro destinado ao público adolescente: *Uma história para Érica*, que traz fragmentos da luta durante o período da ditadura militar;

nº 6.418/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Neuraci de Sá, pela atuação como liderança do movimento de mulheres do Alto Rio Pardo e Norte de Minas e por sua atuação de destaque como diretora de formação de jovens e mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo de Minas e nos grupos de artesãs e bioextrativistas geraizeiras, promovendo desenvolvimento sustentável da região;

nº 6.419/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Manoelina Ireni de Sena pela atuação de destaque de sua filha, Roseni Rosângela de Sena, nas áreas de saúde e enfermagem, somando-se substancialmente à luta das mulheres no Estado;

nº 6.420/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Aparecida Alves de Souza por sua atuação de destaque no Movimento dos Trabalhadores sem Terra, bem como na Terceira Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres;

nº 6.421/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Joana Moraes Nuquini Lima pela atuação de destaque de Maria Auxiliadora Gomes em debates sobre o feminismo e a democracia no Estado;

nº 6.422/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema “Sempre vivas: mulheres, história e resistência”, a ser realizada na Praça Sete, no contexto das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2020.

Andréia de Jesus, presidenta – Leninha – Ana Paula Siqueira.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/2/2020

Às 15h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e os deputados Betão e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Jorge Tobias de Souza, promotor de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, comunicando o arquivamento do inquérito instaurado com fins de apurar as condições de funcionamento do Grupo de Apoio à Família e ao Dependente Químico – Gafadequi – e, ainda, o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Andressa de Oliveira Lanchotti, promotora de justiça da Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo (dois ofícios, em 28/11/2019), Camila Batista Nogueira, da Fundação Renova (três ofícios, em 28/11/2019), Ariane G. Cruz Ribeiro, secretária de saúde da Prefeitura Municipal de Florestal (25/1/2020), Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública do Estado (6/2/2020), e Luciana Imaculada de Paula, promotora de justiça do Ministério Público do Estado (5/12/2019); e dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (5/8/2016), Jânio Alves Leite, gerente regional substituto da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais (6/2/2020), José Carlos Fernandes Junior, promotor de justiça do Ministério Público do Estado (10/1/2020), Marcus Aurelio Miranda de Araujo, chefe de gabinete da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (6/2/2020), Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de estado adjunto de Saúde (25/1/2020), Evaldo Ferreira Vilela, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (16/1/2020), Adieliton Galvão de Freitas, gerente de sustentabilidade da Companhia Energética de Minas Gerais (um ofício em 6/2/2020 e dois em 25/1/2020), e Ricardo Augusto Simões Campos, diretor de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (25/1/2020). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.150/2019 (relatora: deputada Leninha). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.352/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de informações, nos termos demandados à comissão durante a reunião realizada em 5/2/2020, sobre o Plano Diretor Municipal, esclarecendo-se se há processo de atualização ou revisão de plano existente,

tendo em vista a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, especialmente diante dos prejuízos decorrentes das fortes chuvas que atingiram o município e toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.353/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de informações sobre os protocolos de prevenção de enchentes e outros desastres, adotados pelo município, incluindo-se o planejamento urbano, a remoção de moradores de áreas de risco e a execução de obras, considerando-se as fortes chuvas que atingiram esse município e toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte e as demandas apresentadas à comissão na reunião de 5/2/2020;

nº 6.354/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura do Município de Sabará pedido de informações sobre as ações emergenciais realizadas pela administração municipal em decorrência das chuvas que afetaram a cidade e toda Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente no que se refere ao acolhimento e abrigamento das pessoas atingidas, aos atendimentos de saúde – disponibilização de vacinas e medicamentos –, à distribuição de *kits* de proteção individual, limpeza e higiene, bem como à destinação de auxílio ou bolsa aluguel e ao planejamento para realocação das famílias atingidas;

nº 6.355/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais – Iphan – pedido de providências para levantamento, em atendimento às demandas apresentadas à comissão por moradores durante a reunião realizada em 5/2/2020, da situação dos bens tombados em Sabará, tendo em vista as fortes chuvas que atingiram esse município e toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.356/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para levantamento, em atendimento às demandas apresentadas à comissão por moradores na reunião realizada em 5/2/2020, da situação dos bens tombados em Sabará, tendo em vista as fortes chuvas que atingiram esse município e toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.438/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o acesso à água como um direito humano universal, dentro da Semana da Água, entre os dias 23 e 27 de março de 2020;

nº 6.479/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santa Luzia pedido de providências para a retomada do pagamento dos valores referentes ao aluguel social às famílias originárias do Bairro Bom Destino, desalojadas desde o ano de 2018 em decorrência das chuvas na reunião, e a posterior realocação dessas famílias, com a urgência que o caso requer, tendo em consideração a situação, apresentada à comissão, de grave precariedade vivida por essas pessoas;

nº 6.480/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais pedido de providências para mediação do conflito inerente às famílias originárias do Bairro Bom Destino, no Município de Santa Luzia, atualmente desassistidas pelo município, em que pese encontrarem-se desalojadas desde o ano de 2018, em decorrência do período de chuvas;

nº 6.481/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à prefeitura de Santa Luzia pedido de informações sobre as ações envidadas pela administração municipal no que toca à política de habitação ou moradia social, esclarecendo-se, especialmente, sobre a existência de cadastramento de famílias interessadas a disponibilização de auxílio-aluguel; o planejamento para realocação ou reassentamento das famílias oriundas de ocupações urbanas; bem como a oferta de serviços nas áreas social, educacional e de saúde por parte do município a essa parcela da população;

nº 6.482/2020, das deputadas Leninha e Andréia de Jesus e dos deputados Bruno Engler e Betão, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, à Defensoria Pública de Minas Gerais e à Defensoria Pública da União em Minas Gerais pedido de providências para acompanhamento da situação das famílias originárias do Bairro Bom Destino, desalojadas desde o ano de 2018 em decorrência das chuvas, tendo em consideração a situação de grave precariedade vivida por essas pessoas, conforme demandas apresentadas na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 12/2/2020; e seja anexado o *link* para o acesso, no portal da ALMG, ao vídeo da íntegra da referida reunião.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. É ouvido o cidadão Fernando Félix Oliveira Zuba, morador do Bairro Bom Destino, em Santa Luzia, e representante de famílias atingidas pela chuva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Leninha, presidente – Betão – Andréia de Jesus.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 27/2/2020****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.275/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios utilizados para o cumprimento do Despacho nº 55/2019/SEAP/DGP, o qual recomenda a remoção dos servidores das carreiras de agente de segurança penitenciário e agente de segurança socioeducativo em estágio probatório para as unidades nas quais entraram em exercício, quando de sua respectiva posse. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.629/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre realização de gestão, junto à EPE e à Aneel, para obtenção de novas linhas de transmissão para o Norte de Minas, e sobre trabalho que esteja em andamento com esse objetivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.008/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à superintendente Regional de Ensino de Nova Era pedido de informações sobre a fundamentação técnica adotada para a proposição de municipalização dos anos iniciais da Escola Estadual Padre Vidigal, no Município de Nova Era. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.086/2019, da Comissão de Educação, em que requer sejam encaminhados à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre a solicitação de cessão do prédio da Escola Estadual Dr. Querubino ao Município de Coronel Fabriciano e à comissão os documentos referentes a tal cessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.131/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 9.381, de 1986, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino no âmbito das escolas especiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.832/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a implantação de processo de municipalização de escolas estaduais localizadas na Zona da Mata do Estado, ressaltando se os superintendentes regionais foram consultados sobre o assunto, se houve consulta popular nas bases para debater a medida, qual será a posição do Estado diante da precarização do ensino e da evasão escolar e os resultados esperados desse processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.304/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de absorção, pelos municípios, da oferta dos anos iniciais do ensino fundamental, que atualmente estão a cargo do Estado, ressaltando-se se houve a análise da necessidade e viabilidade, caso a caso, da transferência de responsabilidade do Estado para os municípios; se a comunidade escolar e as prefeituras foram consultadas no processo; se há a garantia de manutenção dos cargos dos servidores efetivos e designados; e se há algum estudo que demonstre a capacidade financeira e administrativa das prefeituras em ofertar o serviço sem a perda de qualidade do ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.731/2020, do deputado Cássio Soares, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia de todos os processos de licenciamento e regularização ambiental da Carijós Mineração Ltda., pertencente ao grupo Atlântica Minas Empreendimentos e Participações Ltda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.732/2020, do deputado Cássio Soares, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia de todos os processos de licenciamento ambiental do empreendimento de exploração mineral da Vale do Rio Sul Mineradora, pertencente ao grupo Atlântica Minas Empreendimentos e Participações Ltda., no Município de Coimbra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.733/2020, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os empreendimentos da empresa mineradora Itaminas Comércio de Minérios, no Município de Sarzedo, especificando-se que barragens sob a responsabilidade da referida mineradora estão com a operação paralisada, com o licenciamento retido ou suspenso, bem como com base em que modalidade de regularização ambiental os empreendimentos estão autorizados a funcionar. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.734/2020, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia do licenciamento da Mina Corumi, explorada pela Empresa de Mineração Pau Branco – Empabra –, junto com informações sobre as medidas que vêm sendo tomadas para conter a degradação ambiental pela empresa e o método de fiscalização dessas medidas pela secretaria; sobre se o empreendimento na mina encontra-se embargado, bem como submetido a algum termo de ajustamento de conduta e se esse termo vem sendo fiscalizado e cumprido, com envio a esta Casa desse documento, caso exista; sobre se já foi realizado algum plano de fechamento das atividades e, em caso afirmativo, se vem sendo cumprido; e sobre as medidas já adotadas com base no plano de recuperação de área degradada – Prad –, as medidas descumpridas e as providências adotadas pela secretaria sobre o descumprimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.747/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do processo que concedeu e, posteriormente, suspendeu a autorização ambiental para o loteamento denominado Bellagio, em Nova Lima, e em cópia integral do novo processo que autorizou a retomada do empreendimento, com as medidas de mitigação de impacto ambiental. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.748/2020, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia de todos os processos de licenciamento da Mineração Santa Paulina na área próxima ao Parque Estadual do Rola Moça; sobre se foi autorizada a construção de uma via rodoviária para escoamento de minério da mina e como foi realizado esse procedimento; sobre se esse empreendimento minerário encontra-se embargado, bem como submetido a algum termo de ajustamento de conduta e se esse termo vem sendo fiscalizado e cumprido; e sobre se foi realizado algum plano de fechamento das atividades e se ele vem sendo cumprido. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 27/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 20/2/2020, a comunicação do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Gelvane Rodrigues Moreira (Zico), ocorrido em 20/2/2020, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/2/2020**

O deputado Professor Cleiton* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, Srs. Deputados – nós não temos aqui nenhuma deputada neste momento... Boa tarde, servidores da Assembleia!

O deputado Bartô – (– Fala fora do microfone.)

O deputado Professor Cleiton – ... e servidoras da Assembleia! Muito obrigado, deputado Bartô. (– Risos.) Boa tarde também a todos aqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação, mas sobretudo pela TV Assembleia neste momento!

Para nós, este é um dia considerado histórico nesta Casa pelo que aprovamos agora, no final da manhã, início de tarde, quando se discutia aqui, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.451/2020, que foi enviado a esta Casa pelo Exmo. Sr. governador. Projeto esse que faz uma reparação, até uma recomposição de perdas salariais dos servidores da segurança pública, e nós sabemos a quantas anda a sua situação.

No final de semana, deputado Fernando Pacheco, eu conversava com o delegado da cidade onde eu nasci, Boa Esperança. O meu domicílio eleitoral é em Varginha, mas nasci na mais linda cidade de Minas Gerais, que é a cidade de Boa Esperança, banhada, inclusive, pelo Lago de Furnas – daqui a pouco vou tratar também desse assunto. A situação desse servidor público é lamentável e, ao mesmo tempo, aqui representa, no micro, o macro da segurança pública. Estou colocando aqui o exemplo de um policial civil, melhor dizendo, de um delegado da Polícia Civil, que é responsável por seis cidades e tem que dar plantão em outras duas delegacias, sendo que uma delas a mais de 100km da sua residência. Então, nós fizemos uma reparação. Ontem eu colocava também a situação dos nossos presídios, dos agentes penitenciários – não vou falar aqui da Polícia Militar. Mas eu considero histórica também a aprovação da emenda que foi apresentada por 20 deputados desta Casa. E fiz questão de votar de forma favorável para que também outras categorias do serviço público sejam contempladas.

Muito se falou aqui, muito se focou na questão da educação. A educação, de fato, esteve presente aqui através dos professores, cuja boa parcela está neste momento em greve, pleiteando, reivindicando o pagamento daquilo que lhe é de direito, o 13º salário, mas também uma reivindicação que é histórica, porque, em 2015, foi aprovada uma lei para cumprimento do piso nacional, o que é uma conquista constitucional, e isso não foi cumprido pelo governo passado e nem mesmo por este governo. Então, o que se reivindica para a educação é o pagamento do piso. E, portanto, a educação foi contemplada junto com todas as outras categorias, permitindo ao governo do Estado fazer uma discussão, uma interlocução com todas essas categorias.

Eu comentava mais cedo – gostaria de ter falado, mas eram muitos deputados aqui pleiteando o direito de fala, e o Doutor Jean Freire lembrou muito bem, no momento em que tomou a palavra – que nós temos algumas autarquias do Estado. Aqui eu cito, por exemplo, a Junta Comercial. Os servidores da Junta Comercial, deputado Cleitinho, não recebem aumento, recomposição ou qualquer tipo de gratificação desde 2006. Estou dando um exemplo dos servidores da Junta Comercial, mas poderia citar tantas outras

autarquias. E por que considero a aprovação dessa emenda como importante e histórica? Porque este é o momento, o momento de discutirmos com os servidores da saúde, com os servidores do meio ambiente, com os servidores do DEER e de tantos outros departamentos que compõem o serviço público no Estado de Minas Gerais. Por quê? Quando for aprovado, se for aprovado o Regime de Recuperação Fiscal, aí isso se tornará impossível. Não há mais nenhum tipo de possibilidade de discussão acerca de recomposição, aumento, gratificações, inclusive, até mesmo de progressão na carreira, tantas vezes explorada aqui.

Então, quero dirigir-me, de forma especial, a todos os servidores que fazem parte do bojo dos servidores que não estavam contemplados no PL do governador, mas que foram inseridos aqui por essa emenda apresentada pela Assembleia, inclusive votada pela grande maioria dos deputados.

Quero trazer também, neste momento, uma outra questão. Ontem nós apresentamos aqui, já na Mesa, e protocolamos uma proposta de emenda à Constituição. Em março do ano passado, iniciou-se uma luta no Sul de Minas, capitaneada pelos 34 municípios que são banhados pelo Lago de Furnas e, conseqüentemente, os mais de 50 municípios que são atingidos pela chamada Bacia de Furnas.

Na década de 1960, o Sul de Minas viu as suas terras sendo alagadas pela construção da represa. Vidas foram diretamente afetadas; pessoas tiveram as suas propriedades inundadas; cidades inteiras, como Guapé, um exemplo de cidade do Sul de Minas, simplesmente desapareceram do mapa, e uma outra Guapé, deputado Duarte Bechir, teve que ser construída. Os impactos sobre o Sul de Minas foram enormes, inclusive impactos na saúde com situações de depressão coletiva em determinados lugares e o aumento, Doutor Jean Freire – o senhor como médico entende –, de indicadores nas doenças cardiovasculares. As pessoas simplesmente tiveram a sua vida, toda ela, afetada pela inundação provocada pela construção da Barragem de Furnas. Eu ia tocar nisso, como muito bem lembrado pelo deputado Duarte Bechir: suicídio. E, de repente, de alguns anos para cá, isso também aconteceu.

Deputados Duarte Bechir, Cleitinho, Fernando Pacheco e Dr. Hely, aconteceu exatamente a mesma coisa, só que num processo inverso: a falta da água, o decréscimo das águas do mar de Minas. Isso gerou impactos seríssimos na nossa economia, atingindo a piscicultura, o agronegócio, o turismo náutico. Quem se lembra, por exemplo, que Capitólio chegou a ser considerada uma nova Miami? Inclusive, por conta disso, essa nova Miami gerando, no ápice das construções imobiliárias, cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos? E, de repente, nós tivemos a crise hídrica, os índices pluviométricos baixíssimos dos anos de 2012 a 2015.

Mas, em 2016, em 2017, em 2018, em 2019, os índices pluviométricos foram volumosos – eles se tornaram volumosos, melhor dizendo. Conseqüentemente, esperava-se que o lago voltasse ao seu apogeu, e isso não aconteceu. Pelo contrário, o que nós esperávamos era que a cota mínima, a cota pleiteada pelo movimento iniciado aqui, nesta Assembleia, com uma audiência pública no dia 14 de maio, fosse atingida por conta dos índices pluviométricos.

Estivemos na ONS, estivemos na ANA para tentar entender o que estava acontecendo. Nesse tempo todo, nós percebemos um descaso, um acinte mesmo por parte de Furnas em relação a Minas Gerais. É interessantíssimo isso. Furnas, criada para gerar energia a partir do uso das terras de Minas Gerais, é uma empresa, deputado Cleitinho, cuja diretoria toda fica no Rio de Janeiro. Não tem o mínimo de relação com o nosso Estado de Minas. Percebemos, o tempo todo, que Furnas não queria dialogar conosco. Inclusive, em audiência pública na Assembleia, nós ouvimos do representante de Furnas que Furnas não devia nada a Minas Gerais, que Furnas, deputado Fernando Pacheco, ia fazer o que quisesse e o que bem entendesse do lago, porque o lago é artificial, porque ele não é um bem natural. Furnas podia fazer o que quisesse com as águas do lago.

Aí eu fiz uma denúncia naquela ocasião. Inclusive fui chamado por Furnas de leviano. Chegaram a ir à EPTV, no Sul de Minas. Soltaram uma nota dizendo que eu era um irresponsável por fazer uma acusação sem provas. Naquela ocasião, eu trouxe aqui a notícia do que estava acontecendo. Furnas estava deixando de lado sua finalidade original, que é a geração de energia, fazendo com que a água do reservatório escoasse para a manutenção da Hidrovia Tietê-Paraná. Eu tinha uma prova de que, no ano de 2017, havia

acontecido uma reunião no interior de São Paulo, com a Aneel, com a ONS, com a ANA, com Furnas, com vários prefeitos do Paraná e de São Paulo, com os dois governadores desses Estados. Não havia ninguém, ninguém representando o Estado de Minas Gerais.

De repente, aquilo que eu havia dito é aceito pela própria Furnas, quando essa, provocada pelo senador Antonio Anastasia, através do seu presidente, no dia 5 de dezembro do último ano, manda exatamente um ofício reconhecendo que era impossível atingir a cota 762, porque, se isso acontecesse, comprometeria a navegação da Hidrovia Tietê-Paraná. Que me desculpem os paranaenses e os paulistas, mas nós não temos nada a ver com os problemas dos senhores. Nós estamos aqui para defender os interesses dos mineiros. Temos um lago que usa 100% das terras mineiras. Por esse motivo, deve eternamente se responsabilizar por isso perante o povo de Minas Gerais.

É por isso que estudamos muito, muito, muito, para verificar como amarrar isso juridicamente, como ajudar a nossa bancada federal, que entrou na luta, como auxiliar os nossos três senadores, que também compraram essa briga, para que, através de uma lei, Furnas deixasse de lesar a soberania de Minas.

Chegamos à conclusão, graças, inclusive, a uma ação no Supremo Tribunal Federal e reconhecida pelo ministro Gilmar Mendes, que aquilo que é patrimônio de um estado... Mesmo que a União, com as suas agências reguladoras, tenha interesse, o Estado tem o direito de pleitear esse patrimônio, trazendo a sua responsabilidade para si mesmo.

É por isso que a nossa proposta de emenda constitucional tem como finalidade transformar os Lagos de Furnas e de Peixoto em patrimônio do povo mineiro, exigindo o cumprimento da cota 762, não comprometendo o multiuso dos dois lagos para o turismo, para a pesca, para a geração do agronegócio. Está mais do que comprovado que a cota 762 em nada compromete a geração de energia e não impacta também a conta de luz, porque essa preocupação nós temos também.

Então, deputados que assinaram essa PEC, o meu agradecimento. Peço também à presidência desta Casa que dê celeridade, para que, através do turismo, através de uma economia que depende do Lago de Furnas – o Sul de Minas depende do Lago de Furnas –, possamos auxiliar Minas Gerais. Queria inclusive convidar o nosso governador Romeu Zema para conhecer o Lago de Furnas, já que ele foi ao Lago de Rifaina, em São Paulo. Fez um vídeo em São Paulo falando do Lago de Rifaina e dizendo: “Minas não tem mar, mas tem belos lagos como o Lago de Rifaina”. Se ele vir a realidade de Furnas hoje, ele vai chorar. Mas aquilo que é lágrima, aquilo que muita gente tem hoje derramado... Desculpe-me, hoje várias pessoas têm derramado lágrimas por ver as águas do mar de Minas se esvaindo. Essas lágrimas se transformarão em lágrimas de alegria, porque nós voltaremos a ver as águas do mar de Minas se enchendo, atingindo a cota 762, para começar, e a cota 768 em um futuro bem próximo, para que a nossa soberania esteja resguardada. E que Furnas pare de lesar o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Duarte Bechir* – Sr. Presidente, deputado Jean Freire, nobres Srs. Deputados, eu vou tratar de dois assuntos rapidamente, mas eu não poderia deixar de compartilhar com o amigo, o vizinho Professor Cleiton, que nos trouxe, na tarde de hoje, da tribuna, aquilo que nós pautamos ontem, aqui da tribuna, aquilo que nós pautamos ontem aqui, no Plenário da Assembleia, no início da reunião ordinária da tarde da última terça-feira.

Quero saudar aqui também o vizinho de gabinete, deputado Fernando, e o deputado Cleitinho, e dizer que esse assunto de Furnas é um assunto muito sério, é um assunto que nos traz e nos chama à responsabilidade, porque Minas Gerais, deputado Fernando, está perdendo, e muito, a sua potencialidade turística, agropecuária, comercial em função de um erro que Furnas tem cometido com os vizinhos, os municípios que margeiam aquele lago.

Eu sou de uma pequena cidade, sou nascido em Cristais, e a minha Cristais foi inundada, no início dos anos 1960, para a criação daquele grande Lago de Furnas. E o chamamento daquela época era de que nós precisávamos gerar energia para o desenvolvimento do País e de Minas Gerais. Então, as únicas terras produtivas, que eram as terras baixas – naquela época produziam tão somente nas terras baixas e férteis... As terras do cerrado, nos anos 1960, como é o lá da região do deputado Dr. Hely, do

Triângulo Mineiro, onde hoje se colhe muito café, não eram tidas e havidas como terras produtivas naquela época. Não havia instrumentos, não havia tecnologia que fizesse com que elas fossem produtivas como eram, de natureza, as terras inundadas para a formação do Lago de Furnas, que eram as terras baixas, de muita cultura.

Quando Furnas chegou e instalou aquele grande lago em nome do desenvolvimento – o deputado Professor Cleiton disse aqui, mas eu quero ratificar e até mesmo realçar –, muitas famílias foram dizimadas, porque não havia outra hipótese de trabalho. As terras foram inundadas, cidades ficaram debaixo d'água. A indenização foi muito aquém daquilo que se esperava e que pudesse ser utilizado para outro empreendimento. Realmente, muitas famílias chegaram ao cúmulo do suicídio, sem verem mais futuro pela frente. Isso aconteceu muito na nossa região, fora as doenças concebidas também pela invasão da água no Lago de Furnas.

Ocorre agora que, passados 60 anos – de 1960 para 2020, são quase 60 anos –, Furnas abre mão da sua responsabilidade que teve, já nos primeiros tempos, de ajudar a reerguer o Sul de Minas com a chegada da água. Ela abre mão de dar aos produtores rurais, aos investimentos em apicultura, em turismo, em empreendimentos imobiliários, e ela não assegura a cota 762, que é a desejada e até mesmo foi a cota prometida por ela. Prometeu que teríamos o lago, a Cota 762. Essa cota mantida, poderíamos, então, ter os empreendimentos turísticos, as propriedades produtivas, a piscicultura, e Furnas não traz a segurança para todos nós quanto à cota mínima.

Então, agora, estamos vendo um maior movimento em favor de Furnas – o maior de todos. Por quê? Anteriormente, nenhum senador vestiu a camisa de Furnas, não houve nenhuma bancada federal que se manifestasse no mesmo momento em favor de Furnas. Nunca tinha havido. Fomos ao presidente Lula em 2003. O presidente nos recebeu. Foi-nos acompanhando o deputado Odair Cunha, recém-eleito pelo PT, e fizemos uma reunião com o presidente Lula. Dissemos a ele o propósito: “Olhe, presidente, viemos aqui fazer dois pedidos: o primeiro deles é que seja mantida a cota 762; o segundo é que o que hoje é pago em indenização para a União, o Estado e o município seja revisto”. Os municípios ficavam com uma cota pequenininha. Onde aconteceu o impacto? Quais terras foram sacrificadas para a formação do lago? As do município. E este ficava com cota menor do que aquilo que é pago de *royalties* e indenização pela formação do lago.

Então, fomos a Brasília, lutamos. Estamos vendo agora, em 2020, ilustre deputado Dalmo Ribeiro, grande parceiro dessa luta, que as coisas começam a sinalizar que vão dar certo. Começam! Nunca tínhamos visto nenhum senador fazer uma audiência em nome de Furnas. No ano passado, fizemos, na Assembleia, uma grande audiência. Furnas não veio aqui, mas os prefeitos, as câmaras municipais, os produtores, os comerciantes e os empresários vieram aqui. Furnas não teve a mesma responsabilidade de comparecer a essa audiência. Agora, vejo que o caminho está aberto para que as coisas aconteçam. Eu vejo.

Queria conceder um aparte ao deputado Dalmo Ribeiro, que é, sem dúvida alguma, um grande parceiro nessa luta e que já demonstrou, cabalmente, a sua preocupação e o seu trabalho em favor do Lago de Furnas. Deputado Dalmo Ribeiro.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Agradeço a V. Exa. Quero parabenizá-lo por sua fala muito apropriada para este momento.

Estamos notando, nos últimos dias, deputado Duarte, a movimentação de Minas Gerais e do Brasil. Que bom! Acho que houve, acima de tudo, uma movimentação. Todos estão ansiosos para resolver a questão, que há longos anos estamos debatendo aqui, conforme V. Exa. fala, com audiências públicas, com requerimentos, senadores da República, deputados e sociedade organizada. Foi instalada uma frente parlamentar que leva o nome do saudoso Itamar Franco. O Professor Cleiton está aqui conosco, bem como V. Exa., o deputado Antonio Carlos Arantes e tantos outros que fazem parte desse trabalho.

Eu gostaria de trazer ao conhecimento de V. Exa, se me permite.

Há dias, eu fiz aqui um requerimento dirigido ao nosso presidente e gostaria de renová-lo – e que fique em nosso nome –, e de fazer um apelo ao presidente da Casa, o nosso dinâmico presidente Agostinho Patrus, para que ele possa instalar essa comissão especial, para que a Assembleia tenha uma comissão especial técnica. Nós temos consultores importantes que poderão nos ajudar.

Quantas comissões especiais já saíram, já percorreram todo o Estado, com pareceres, com consultores dando acima de tudo o suporte legal, necessário aos deputados.

O requerimento é o seguinte: que seja constituída uma comissão extraordinária para a realização de estudos técnicos referentes ao baixo nível do volume de águas do Lago de Furnas e de sua repercussão nos demais cursos d'água banhados pelo lago, bem como sobre os impactos da distribuição das atividades turísticas no desenvolvimento econômico, na redistribuição das atividades agrícolas constantes e acidentadas e embarcações, que, com certeza, têm trazido inúmeros prejuízos a todos os beneficiários e impactos ambientais. Requer de V. Exa., presidente, a instalação dessa comissão.

O deputado Duarte Bechir* – Excelente!

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Eu acho que seria importante a Assembleia, deputado Duarte Bechir, ter uma comissão especial para, pelo menos, ter embasamento, base técnica do que estamos pensando, do que a Assembleia fala. Ouvi inclusive vários consultores, engenheiros, o Crea e todos os deputados. Então eu acho que poderíamos dar a nossa contribuição.

O deputado Duarte Bechir* – Perfeito!

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Teremos várias audiências agora, em Brasília. Estaremos presentes e também vamos somar forças.

Eu acho que a luta continua, não é, professor? Eu acho que essa comissão nossa que estamos pedindo será da Assembleia Legislativa e vai ajudar também Furnas neste momento tão importante. Obrigado.

O deputado Duarte Bechir* – Para finalizar, deputado Dalmo Ribeiro, os últimos tempos em Minas registraram chuvas que há mais de cem anos não ocorriam no Estado com essa intensidade, causando estragos em muitas das cidades no nosso Sul de Minas e daqui, na grande BH, chuvas e mais chuvas. Você vai ao Lago de Furnas, e a água não está lá. Para onde estaria indo a água do Lago de Furnas? Atender a qual demanda? De Minas, não é. E essa comissão virá em boa hora. Com o que nós temos na Casa preparado hoje, material humano, técnica, faremos um trabalho, e eu queria assinar com V. Exa. o pedido.

E terminando, presidente, a minha fala, eu quero caminhar para a homenagem que faço do Dia Mundial das Doenças Raras, comumente celebrado no dia 29. Contudo, especialmente neste ano, vamos festejar, pela primeira vez, o 28 de fevereiro, pois, desde 16 de julho do ano passado, Minas Gerais passou a contar com o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras, previsto na Lei nº 23.335, de 28 de fevereiro. Então nós temos esse dia, e este ano, em decorrência do Carnaval, nós não estaremos aqui na Assembleia para fazê-lo especialmente no dia 28, mas queremos fazê-lo hoje.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, senhoras e senhores, é considerada uma doença rara aquela que atinge até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. O número exato de doenças raras não é conhecido. Estima-se que existam 6 a 8 mil tipos de diferentes doenças raras em todo o mundo. Cerca de treze milhões de brasileiros possuem algum tipo de doença rara. Contudo, o País conta – imaginem V. Exas. – com apenas 150 profissionais especializados nessas ocorrências, segundo dados da Sociedade Brasileira de Genética Médica.

Nesse contexto, os pacientes chegam a passar até por 10 médicos diferentes para alcançar o diagnóstico correto. Ao lançar essa luz para a questão, temos o propósito de nos associar aos esforços para que os pacientes tenham o apoio necessário e o atendimento ideal para a superação dos entraves existentes, especialmente de ordem burocrática.

Nesse particular, há muito a ser feito, especialmente para garantir o direito a medicamentos e o acesso aos avanços científicos de forma ágil. Isso porque, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, os pacientes, regra geral, enfrentam enorme dificuldade para obter o acesso aos medicamentos específicos para o tratamento das doenças raras. Quando conseguem, muitas vezes, deputado Professor Cleiton, o tratamento é descontinuado, forçando à busca do Poder Judiciário para assegurar o direito a esse tratamento.

Assim, ao celebrar o texto legal que institui, em nosso estado, o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras, quero externar o nosso irrestrito apoio a essa causa, especialmente para assegurar acesso rápido e contínuo de pacientes de doenças raras aos medicamentos, em cumprimento ao princípio da dignidade humana e ao preceito constitucional, que diz ser a saúde direito de todos e dever do Estado.

Ainda dá tempo. Eu quero conceder um aparte muito importante a V. Exa., deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton (em aparte)* – Primeiro quero parabenizar V. Exa., que é autor dessa lei, porque um dia como esse é um dia de conscientização. São 13 milhões de pessoas com doenças raras no Brasil, e boa parte delas está sofrendo com algum tipo de doença, por conta da falta de diagnóstico e da falta de tratamentos adequados. É assustador o dado que o senhor traz, de que, no Brasil todo, há apenas 150 profissionais. Quantos desses, eu pergunto, estão no Estado de Minas Gerais, que não tem sequer um centro especializado para atender pessoas com doenças raras? Nós temos a promessa, graças à atuação da nossa comissão, do senhor, do deputado Zé Guilherme, de que, em breve, aqui em Minas haverá a criação de um centro especializado. Mas, por enquanto, está na promessa.

Mas quero dizer, deputado Duarte Bechir, que é tão importante essa sua bandeira, tão importante esse dia de conscientização, e ontem nós reivindicamos, na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a compra do medicamento Spinraza, que vem reverter o quadro das pessoas que têm AME tipo 3, que causa paralisia em praticamente toda a questão motora. E hoje nós recebemos a notícia, uma resposta rápida da Secretaria de Saúde, de que o medicamento já está disponível aqui, no Estado de Minas Gerais; e aquelas pessoas que estavam desesperançosas, que começaram a tomar as primeiras doses vão poder novamente ter acesso e vão poder fazer como o Fabrício, lá de Carvalhos, que, na sua segunda dose, passou a se levantar da cama sozinho. Um menino que não mexia nem mais os braços. Porque há esperança quando existem lutas que são dignas, que são éticas e que são morais, como a que o senhor já levantou e de que é o protagonista aqui, nesta Casa. Parabéns!

O deputado Duarte Bechir* – Muito obrigado.

Presidente, eu peço a V. Exa. 1 minuto para concluir, em decorrência da data importante das doenças raras. Eu quero exceder o tempo em 1 minuto, com a permissão de V. Exa.

Senhoras e senhores, as pessoas com doenças raras em Minas Gerais estão abandonadas. Elas estão separadas pela saúde pública, e, conforme eu disse aqui, não se pode deixar de lado – e V. Exa., presidente, é doutor, é médico – pessoas da forma como estão hoje, as pessoas com doenças raras.

Eu quero trazer, para não ser esquecido pela Casa, o caso da presidente do movimento estadual das doenças raras. Ela faleceu em 2018; veio aqui, na Assembleia, numa audiência pública; reclamou que o medicamento que tomava, que era fornecido pelo Ministério da Saúde, estava atrasado e que as consequências poderiam levá-la à morte. Imagine V. Exa. que ela faleceu. O medicamento não chegou.

O Professor Cleiton disse que um jovem, uma criança, da cidade de Carvalhos, que tem doença rara, ao tomar a segunda dose do medicamento, já se levanta sozinho.

Esse é o retrato de como andam as coisas para doenças raras no Estado. Qual o objetivo dessa lei, presidente? É acender as luzes para que o governo veja, ouça, tome providências em favor das doenças raras. Este é o nosso intuito e será, cada vez mais, fortalecido, até atingirmos o objetivo: as pessoas com doenças raras serem respeitadas e terem o devido tratamento que a lei preconiza, que é direito de todos e dever do Estado. Isso é o que nós queremos. Agradeço a V. Exa. por ter permitido esse final, que, para mim, fecha o trabalho e o Dia de Conscientização sobre as Doenças Raras no Estado de Minas Gerais. Boa tarde a todos e muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde! Boa tarde aos servidores desta Casa! Boa tarde aos telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e aos deputados e deputadas aqui presentes!

Vendo agora o companheiro Duarte Bechir e o deputado Professor Cleiton fazendo intervenção sobre doenças raras, eu venho aqui também tratar de questões ligadas à saúde. Não é tão raro acontecer; acontece, inclusive, com muita frequência no Estado de Minas Gerais e em todo o País o que eu quero tratar aqui. Mas, como o que eles relataram antes, também relacionado é à saúde. E, por coincidência, mais uma vez, também relacionado a um fato ocorrido no Vale do Jequitinhonha.

Na maioria das vezes, ao subir nesta tribuna, eu falo sobre Jequitinhonha e Mucuri. No dia 3 de fevereiro, deputada Leninha, deputada Andréia, uma menininha de 8 anos, moradora da Comunidade de Alto Bravo, no Município de Berilo, divisa com Virgem da Lapa, foi picada por uma cobra. E como médico eu sei da importância do tratamento imediato e que tem resolução, que é usar o soro específico para aquele tipo de cobra, para aquele tipo de picada de cobra. Pasmem, colegas deputados e deputadas, telespectadores da TV Assembleia, desde Araçuaí a Curvelo, não se conseguiu juntar as ampolas necessárias para usar em uma criança, de acordo com o grau daquele acidente. Vejam vocês a distância: são quase 500km. Procuraram em toda a região. Essa criança me parece que foi para Virgem da Lapa, depois para Araçuaí e depois teve que ir para Diamantina. E Diamantina, Regional de Saúde do Alto Jequitinhonha, não conseguiram juntar essas ampolas. Seria um total de 12 ampolas. Naquela noite, na outra, no outro dia, eu recebi várias mensagens de várias pessoas, pedindo socorro para essa situação e o que nós poderíamos fazer.

Quero deixar aqui bem claro que isso é um absurdo. Falo isso com muita tranquilidade. É um absurdo as pessoas terem que recorrer a um agente político. Isso é um direito das pessoas. Não deveria haver a necessidade de as pessoas solicitarem isso a um agente político. Mas elas não têm outra saída, infelizmente. Nós estamos com 15 dias, 16 dias da ocorrência desse fato.

Eu tenho falado sempre aqui, nesta Casa, que isso é direito das pessoas. Mas, enquanto esse direito for negado, nós temos que fazer intervenção, sim, não para passar um na frente do outro – nada disso –, mas para fazer com que esse direito seja cumprido.

Nós fizemos várias intervenções, ligando para a Secretaria de Estado, ligando para alguns órgãos. Conversei muito com a superintendente de Saúde de Diamantina, que, durante todo o momento, esteve à nossa inteira disposição. Teve que ir ampola daqui, de Belo Horizonte. Foram duas, três ampolas que tiveram de sair daqui, de Belo Horizonte, tiveram que ser levadas daqui para atender lá, no Jequitinhonha.

Ao perguntar à mãe qual a sensação que ela tem desse fato, ela, com muita tristeza, fala que é a única filha dela e que ela poderia tê-la perdido. Pela ausência da medicação – portanto, uma ausência do poder público, porque, se falta medicação dessa importância, dessa magnitude, que pode salvar a vida de maneira rápida –, a filha dela teve de ser transferida para um lugar distante da comunidade onde moram. A filha dela, por causa dessa demora da medicação, teve necrose no local da picada, no pé. Por causa dessa demora, a filha teve que ser internada no CTI. Por causa dessa demora, a filha teve que se submeter a duas cirurgias, porque o veneno, a sua interação causa um edema em toda a região, e foi preciso fazer uma cirurgia para descomprimir os vasos sanguíneos para diminuir, para não avançar a necrose, para que não se fizesse necessária a amputação do membro inferior dessa criança. Uma criança de 8 anos, passando por uma situação dessas, em razão da ausência do poder público, deputada Leninha.

O pior disso é que a gente sabe que o Estado de Minas Gerais tem tecnologia para produzir a medicação. Aquela instituição tão importante que temos no Estado, a Fundação Ezequiel Dias – Funed –, que faz um trabalho maravilhoso, produziu durante anos, décadas, esse medicamento. E já há comentários sobre a venda dessa instituição. A ausência... Quero deixar muito claro isto aqui: quem deveria estar dando esse suporte, essa medicação, esse soro para o Estado de Minas Gerais, era o governo federal, que não está fazendo o repasse dessa medicação. Mas nós temos em Minas Gerais. Durante muito tempo, a Funed foi a única instituição no país a produzir o soro antiofídico, que é o soro específico para esse tipo de acidente.

Fiquei durante esses 15 dias sem trazer esse tema aqui. Hoje a criança recebeu alta. Antes de entrar no Plenário, mandei mensagem para a mãe da criança – Laís é o nome da mãe –, e ela falou: “Acaba de receber alta”. Mas ela poderia perder essa criança de 8 anos.

Então eu quero aqui, caros colegas deputados e deputadas, usar esta tribuna para fazer mais esta denúncia, mais esta denúncia: está faltando no Estado de Minas Gerais o soro antiofídico, soro específico para picadas de cobras. Isso é um absurdo, isso é descaso com a saúde pública, isso é descaso com os que mais precisam. Eu fui solicitado e tenho o cuidado de, ao fazer uma ligação para pedir socorro também, fazê-la como médico. Muitas vezes eu já estive lá na ponta com pacientes nessa mesma situação. A cada dia a gente vê uma inexistência maior do Estado na vida das pessoas.

Quero aqui, deputado Cleitinho, usar mais vez esta tribuna para fazer essa denúncia e chamar a atenção de todos os agentes de saúde, de todos os órgãos de saúde do Estado, de todas as regionais de saúde do Estado, porque, creio eu, não esteja faltando soro somente na regional de Diamantina. Olhem para vocês verem. Eu vou terminar a minha fala só repetindo aos colegas que chegaram depois. Está faltando, deputado Heli Grilo, soro antiofídico, importantíssimo para o tratamento de picada de cobras no Estado de Minas Gerais. Num raio de 400km, não se somaram 12 ampolas, necessárias para atender a um paciente, a uma criança nesse caso específico.

Sr. Presidente, eu quero pedir audiência pública para debater esse assunto. Estamos sendo questionados também sobre a falta de vacinas obrigatórias no calendário do Estado e pedimos audiência pública. Estamos levando isso à Secretaria de Estado para debater o assunto. Esse é mais um absurdo, é mais um descaso com a saúde do nosso povo. Que a nossa querida criança de 8 anos que recebeu alta neste momento, exatamente enquanto eu estou aqui fazendo essa fala, volte tranquila para casa. A mãe me passou agora há pouco que ela vai ter de ficar retornando a Diamantina por vários momentos para acompanhamento. Mas que Deus a ajude, que tudo corra bem e que o Estado consiga resolver o problema. E fica aí... Vamos discutir a Funed, vamos discutir a função desse órgão no Estado de Minas Gerais, capaz de produzir esse soro e outras medicações, o que não está assim fazendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Leninha* – Obrigada, presidente. Eu queria cumprimentar todos e todas, aqueles que estão aqui acompanhando deste Plenário e da TV Assembleia.

O que me traz esta tarde aqui, presidente, são basicamente três pontos. Hoje o Supremo Tribunal Federal está votando a inconstitucionalidade da isenção de impostos para os agrotóxicos no Brasil. Vejam só: o País em crise, o Estado de Minas Gerais também em crise, e ainda concedem isenção para agrotóxicos. A gente já debateu aqui nesta Casa um programa de redução de veneno no alimento da mesa dos brasileiros e brasileiras, dos mineiros e mineiras. Nós já falamos do veneno que envenena a água. Inclusive uma agência suíça, a Public Eye, divulgou que, em Minas Gerais, em todas as cidades, existe um alto grau de contaminação por veneno na água. Envenena o solo, envenena a natureza.

Então, mandamos um apelo ao Supremo para, de fato, votar a inconstitucionalidade, para a gente não permitir que haja um campo aberto, apoiado inclusive com dinheiro público, para que haja uma ampliação da entrada de venenos neste país. Aqui, em Minas Gerais, nós já fizemos as contas de quanto o Estado deixa de arrecadar, em função dessa isenção.

Então, nós estamos aqui, nesta tarde, para reforçar um movimento nacional pela qualidade dos alimentos, comida de verdade no campo e na cidade, e que a gente possa, de fato, avançar numa política pública que reduza a grande quantidade de veneno. Inclusive, neste governo federal, nós tivemos a liberação de mais de 300 tipos de agrotóxicos. Isso é grave, é grave do ponto de vista do mundo, está na contramão da história da humanidade, que cada vez discute que a quantidade de agrotóxico está relacionado também à quantidade de doenças, principalmente o câncer, causado por esses venenos proibidos em outras partes do mundo. Esse é o primeiro assunto.

O segundo assunto é que eu não poderia deixar de trazer uma denúncia que é grave e daqui a pouco, na Comissão de Direitos Humanos, nós vamos tratar deste assunto, presidente. Nós recebemos ligações de milhares de lideranças quilombolas deste estado. Inclusive a Federação Quilombola N'golo também tem recebido denúncias de abordagens policiais a lideranças quilombolas para preencherem formulários, de que nós não sabemos a origem nem por que eles querem essas informações, mas, acima de tudo, questionamos a forma como estão fazendo essa abordagem.

Uma senhora, na cidade de São Francisco, falou que estava saindo do Banco do Brasil e foi abordada pela Polícia Militar para fazer perguntas relacionadas à associação quilombola. Há alguma coisa estranha nessa abordagem e nesse tipo de pedido de informação. O Estado precisa se fazer presente na vida dessas comunidades para regularizar seus territórios, para fazer política de desenvolvimento social. Se for para isso, nós não temos nada a esconder, nenhuma associação vai se negar a dar informação. O que nos deixa temerosos é a forma como a polícia tem abordado essas lideranças, sem esclarecer as motivações que estão levando ao preenchimento deste formulário. Nós vamos tratar disso daqui a pouco, na Comissão de Direitos Humanos, mas nós queremos, sim, a presença do Estado para regularizar territórios quilombolas, como o Quilombo da Lapinha, que está num conflito com o parque na região do Jaíba, assim como diversas outras áreas de populações tradicionais que estão há mais de 20 anos tentando regularizar seus territórios.

Nós queremos a presença do Estado para mais programas de apoio àquelas famílias, principalmente do semiárido que, a cada ano em que a distribuição irregular da chuva compromete a produção, elas não têm o que comer muitas vezes, não têm água nem para dar aos bichos nem para molhar as plantas. Pedimos programas sociais que socorram e que cheguem a essas comunidades, como um bom papel do gestor que cuida de seu povo, que cuida de sua gente.

E este assunto eu queria compartilhar com a deputada Andréia de Jesus, com relação a essas preocupações, porque ela também tem recebido esse tipo de denúncia sobre essa abordagem, sobre o preenchimento deste formulário, e sobre o pedido dessas informações que ninguém sabe a que servirão.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte)* – Boa tarde a todos que nos assistem, aos colegas que ainda estão presentes no Plenário. Obrigada pelo aparte, deputada.

Primeiro, acho que é importante neste instante dizer que estamos em festa, conseguimos, aqui, na Casa, atender boa parte dos servidores desse estado que precisavam ter garantida a sua reposição salarial. Esta Casa demonstrou inclusive sensibilidade ao reconhecer que, de fato, a segurança pública está tão precarizada e em uma situação de adoecimento, porque desde o primeiro Assembleia Fiscaliza a gente tem provocado o governo do Estado a dar uma resposta para os servidores de segurança pública que estão se suicidando. Suicídio hoje é algo grave entre os policiais, e este governo precisa apresentar uma alternativa para que eles possam ter dignidade no seu trabalho, não só de remuneração. Mas já avançamos muito apresentando um projeto para que possa colocar em dia a recomposição salarial dos servidores da segurança pública, lembrando que a segurança pública não é só polícia.

Mas, de fato, fomos surpreendidas com essa atuação da Polícia Militar de adentrar territórios que deveriam ser protegidos pelo Estado, protegidos pela União, num tipo de ação que não é própria, não é de competência desses servidores. Não é competência da Polícia Militar fazer cadastramento das pessoas que vivem em territórios reconhecidos como territórios tradicionais. E isso realmente nos assusta, porque fugir da sua competência e, inclusive, agir sem uma resposta para esse tipo de atuação é muito estranho. Vamos, de fato, investigar.

Mas, deputado, o que tem assustado também em Belo Horizonte é que a Polícia Militar tem abordado os blocos de Carnaval, exigindo uma série de documentações para que o bloco possa ocupar as ruas com o Carnaval de resistência. É importante dizer que o Carnaval dos blocos de rua é um Carnaval de resistência, de denúncia, de ocupação de espaço público, denunciando que esse espaço público está sendo apropriado principalmente por empresários. Cada vez mais as cidades viraram espaço de disputa.

A polícia tem impedido os blocos de irem para as ruas com carros, trios. E o que assusta é porque essa construção do Carnaval de Belo Horizonte começa já no final do Carnaval passado. Então, é uma série de reuniões com várias autoridades. Vários entes acompanharam durante todo o ano e, de repente, a Polícia Militar, que é orientada pelo Estado, vem abordando, invadindo a construção do Carnaval de Belo Horizonte sem uma justificativa, porque ela esteve presente em toda a negociação. Não só a Prefeitura de Belo Horizonte, mas os diversos órgãos, inclusive o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, o Procon, enfim, vários órgãos construíram o Carnaval e, de repente, essa atuação da polícia não só assusta, como também não contribui diretamente para a segurança, porque o que ela está exigindo – e não está nítido se isso, de fato, deveria acontecer – são documentações para cada tipo de bloco. São blocos pequenos de atuações históricas na cidade que tem um diálogo com a polícia. A gente não consegue compreender qual é a intenção neste momento da Polícia Militar com esse tipo de intervenção.

Obrigada pelo aparte, deputada. É bom saber que estaremos aqui na Casa já com aliados para negociar e entender melhor por que e quem orienta a Polícia Militar nesse tipo de abordagem a esse tipo de atividade, que necessariamente não está associada diretamente à sua competência, que é prevenir situações de crimes ou de violações de direitos dentro deste estado.

A deputada Leninha* – Obrigada, deputada Andréia.

O último ponto que eu queria destacar nesta tarde, presidente, tem a ver com a nossa votação pela manhã, inclusive, queria fazer dois destaques. O primeiro, declarar toda a minha solidariedade à deputada Beatriz Cerqueira. Como eu fui da educação, diretora do Sind-UTE já há muitos anos, lembro-me da Beatriz Cerqueira também diretora da subseção de Betim. E, como ex-presidente da CUT, ex-presidente do Sind-UTE, aqui, neste Plenário, ela tem dado continuidade a uma luta antiga de toda a sua vida. Então, lamento profundamente as palavras que foram dirigidas à deputada pela manhã, porque ela vem cumprindo o papel do cargo para que foi eleita. Ela está aqui representando a categoria da qual sempre fez parte – e continua fazendo. E trazer uma emenda, que não é dela, mas de vários deputados e parlamentares que a assinaram, também daqueles que votaram favoráveis à emenda, demonstra não apenas a capacidade dela de liderar os processos, de ter legitimidade para debater a pauta de educação. Enfim, creio que nós podemos criar nesta Casa, não regras, mas um pacto, um acordo de, apesar das nossas diferenças, mantermos um mínimo de ataques pessoais possíveis. Isso vale para todos os deputados e deputadas.

Então, é lamentável, às vezes, a forma de abordagem, o direcionamento à pessoa da deputada Beatriz Cerqueira. E todo mundo que a acompanha sabe da luta dela, mesmo antes de ocupar este Parlamento.

Então, a ela o nosso abraço solidário. Assim como trazemos a sororidade entre as mulheres da sociedade, aqui, no Parlamento, nós, mulheres, estamos atentas a esse tipo de comportamento que avaliamos que não eleva o debate e, acima de tudo, não contribui para os encaminhamentos que fazemos aqui.

Nesse sentido, queria ainda, por último, dizer que nós aprovamos a emenda que inclui o ensino superior de Minas Gerais, o pessoal da Uemg e da Unimontes, que tem acordo de greve que já foi judicializado. Além disso, não é reajuste de salários do pessoal da Unimontes e da Uemg, mas de incorporação de gratificações dos vencimentos básicos. Nós vamos seguir na negociação com o governo, no sentido de fazer valer o acordo que foi feito. Assim como o deputado Noraldino trouxe a questão dos funcionários do sistema do meio ambiente do Estado, nós estamos trazendo também a situação dos professores, dos profissionais da Uemg e da Unimontes, que têm acordo de greve homologado e negociado. A gente precisa avançar nesse processo de incorporação das gratificações do vencimento básico, entendendo que, quando esse professor fica doente ou se aposenta, de fato, o salário fica bastante reduzido.

Então, nós estamos atentos a isso e seguiremos aqui, na Assembleia, fazendo a defesa daquilo em que acreditamos, daquilo que nos trouxe aqui. Sabemos que nós temos muitos aliados nesta luta e, por isso, seguiremos aqui lutando, lutando e lutando. Uma boa tarde!

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, senhores, não vou dizer deputados, mas pessoas que nos assistem pela TV Assembleia, gostaria de trazer um problema que nós temos na nossa região, que é a questão das estradas que cortam o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. Nós temos, na BR-462, um pedacinho de 12km de terra que está intransitável. Recebi um vídeo nesta semana, ontem, aliás. Havia caminhões engastalhados, atolados. São 12km que faltam para serem asfaltados. Infelizmente o governo que passou não continuou a obra. Eram 24km. O governo Anastasia fez 12km, e ficaram faltando 12km. Mas houve uma paralisação. Ficaram quatro anos sem mexer nessa estrada.

Então, estamos pedindo encarecidamente ao Dr. Marco Aurélio, secretário de Infraestrutura, que tem mostrado uma intenção muito boa de fazer a privatização de algumas estradas, a 462, que é esse trecho que vai de Perdizes a Patrocínio, que vai da 262 a Patrocínio. Há um trecho da MG-190, que vai de Nova Ponte até Iraí de Minas, Jean, por onde não se passa nem a cavalo. Há a BR-427, que vai de Uberaba a Conceição das Alagoas. Por esses dias, eu e o deputado federal Franco Cartafina gravamos um vídeo. Nós temos que pedir ao governo encarecidamente que arrume uma solução para aquela rodovia. Todas as estradas lá estão com problema. Mas essa estrada precisa urgentemente ser recapeada, ser praticamente reconstruída. Está dentro do processo de privatização. O que nós pedimos é que haja uma aceleração nesse processo para as coisas caminharem mais rapidamente e haver uma solução daqueles problemas.

Assisti a uma discussão e a uma aprovação de um projeto hoje em que pudemos perceber alguns ânimos acirrados. Mas, de tudo, ficou a nobreza e a grandeza dos parlamentares desta Casa entenderem. O que nós esperamos é que as coisas caminhem bem e que todos tenham a chance de ter a sua recomposição salarial. É claro que não é de forma ilegal e inconstitucional que isso vai acontecer, mas, sim, através de negociação e de diálogo com o governo. É isto que nós esperamos: que o governo abra diálogo com o setor da educação, com o setor da saúde para reconhecer esses direitos e essa necessidade de recomposição salarial. Sr. Presidente, devolvo a palavra à Mesa.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/2/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 27/2/2020, Jamilson José Dantas Santos, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Vice-Presidência;

nomeando Gerson Olemberg Saraiva Dias, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Jamilson José Dantas Santos, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

nomeando Marcos Daniel de Carvalho, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 4/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 19/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/3/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 5/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 24/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 11/3/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em manutenção corretiva para veículo Mercedes-Benz modelo Sprinter 413 CDI.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 6/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 25/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 12/3/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais de irrigação para manutenção da área verde da Praça Carlos Chagas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO 7/2020**Número no Siad: 9241687**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gesmaq Comércio e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviço de manutenção (com remuneração por hora de serviço executado) com fornecimento de peças para os equipamentos de gráfica. Vigência: doze meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 96/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 2/2020

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: alteração da vigência do Termo de Aditamento nº 88/2019. Vigência: 4/12/2019 a 3/12/2020.

**ERRATA****ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/2/2020**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/2/2020, na pág. 88, onde se lê:

“Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.536/2020”, leia-se:

“É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.536/2020”.